

## PRIMEIRO-MINISTRO USA OS MILHÕES DO PRR PARA “SEMEAR ILUSÕES”

No 1.º encontro das Mulheres Autarcas Social Democratas, na Batalha, Rui Rio acusou o Primeiro-Ministro de semear ilusões e de fazer fogo-de-artifício com os dinheiros do Plano de Recuperação e Resiliência, “em cada canto e em cada esquina” por onde tem passado, “ao género da bandalheira socialista que já nos levou à bancarrota”



pág. 7

### PSD

#### HOMENAGEM A PINTO BALSEMÃO NOS 40 ANOS DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Rui Rio esteve na quinta-feira, 2 de setembro, em São Bento, numa sessão de homenagem pelos 40 anos do VII Governo Constitucional, o segundo da Aliança Democrática, liderado por Francisco Pinto Balsemão



pág. 9

### PARLAMENTO

#### “SITUAÇÃO CAÓTICA” NAS LOJAS DO CIDADÃO MOSTRA “MENOSPREZO” DO GOVERNO PELOS CIDADÃOS

O grupo parlamentar do PSD denuncia, uma vez mais, “os constrangimentos” que estão a afetar o funcionamento das conservatórias e dos serviços de registos das Lojas do Cidadão por todo o país



pág. 11

### REGIONAIS

#### PRESIDENTE DO GOVERNO DOS AÇORES JUSTIFICA ABERTURA DE 2.ª UNIDADE DE RADIOTERAPIA

José Manuel Bolieiro defendeu que, em saúde, a dignidade das pessoas deve estar acima dos números, na inauguração da unidade de Angra do Heroísmo da Clínica de Radioncologia Madalena Paiva





**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## INSEGURANÇA NACIONAL

Dois cidadãos iraquianos, um de 32 e outro de 34 anos, estão em prisão preventiva, depois de terem sido detidos por suspeitas de pertencerem ao grupo terrorista Daesh. Residentes na região de Lisboa, estes iraquianos estariam a ser vigiados pelas autoridades desde em 2017.

Os agora suspeitos que terão estado em Mossul em 2016 e integraram as fileiras das milícias daquele movimento jihadista, estão indiciados na prática dos crimes de adesão e apoio a organização terrorista, terrorismo internacional e crimes contra a humanidade. Estariam a preparar atos terroristas na Alemanha.

Em 7 de junho de 2018, um dos irmãos, Yasser Ameen, empregado de mesa num restaurante, tirou uma "selfie" com o Presidente da República. Em janeiro de 2018, Yasser esteve cara a cara com o Primeiro-Ministro António Costa e com o antigo chefe de Estado, Jorge Sampaio, que lidera uma Plataforma Global de Apoio a Estudantes Sírios, que concede bolsas de estudos a estudantes sírios refugiados. António Costa ainda escreveu no Twitter no dia 30 de janeiro desse ano: "O restaurante Mezze em Lisboa, da associação Pão a Pão, com a sua equipa do Médio Oriente, é a prova da integração bem-sucedida, fruto do empreendedorismo e do apoio da sociedade civil e de instituições públicas e privadas".

Estas duas iniciativas não implicaram consequências diretas para as mais altas figuras do Estado português, mas a esta distância dos acontecimentos não podemos desvalorizar os riscos e os sinais do que podia ter corrido mal. Houve uma manifesta falha de segurança e só por teimosia se pode ignorar que não haja lições e ilações a retirar daqueles episódios. Aliás, as suspeitas em que estão envolvidos os dois iraquianos são de tal forma graves, que o juiz de instrução criminal determinou a medida de coação mais gravosa, a prisão preventiva.

Esta quarta-feira, o Conselho de Estado debate o problema das migrações, quando o Afe-ganistão é palco de uma das maiores crises de refugiados das últimas décadas, a que se associa também a pandemia que exacerbou o drama dos migrantes e refugiados e as crises de direitos humanos e de segurança de forma generalizada, com as crianças e as mulheres a serem os grupos mais atingidos.

O tema da segurança interna é cada vez mais complexo, mais dinâmico e mais delicado, cruzando-se com múltiplas componentes – económica, social, demográfica, fluxos migratórios, de cooperação internacional, polícias e serviços de inteligência. Acontece que do Governo pouco podemos esperar. É a desorientação completa. A segurança nacional, que é função vital do Estado está, como todo o Executivo, em autogestão, com membros do Governo que se contradizem a cada dia que passa e que esbarram nas suas próprias (in) decisões.

Um Governo que trata com desprezo a forças de segurança, e que assegura um subsídio de risco de 58,30 euros aos agentes da GNR e da PSP, não pode ser levado a sério! Tanto mais quando Costa, que acaba de conferir posse ao novo secretário-geral de Segurança Interna, ao mesmo tempo que anuncia a necessidade de maior cooperação entre as forças de segurança, sem espaço para concorrência, não se coíbe de atribuir um suplemento de risco muito superior a agentes de outras forças, por exemplo mais de 400 euros para o SEF e cerca de 340 euros para a PJ. Este Governo está em permanente contradição e ao impor complementos remuneratórios tão díspares entre forças policiais, só fomenta a divisão.

Também já não se pode esperar nada de Cabrita, que há muito é apenas um amigo do círculo de influência do Primeiro-Ministro, ou de uma ministra da Justiça, que foi capaz de alterar os dados biográficos de um candidato para o designar como magistrado na Procuradoria Europeia.

O assassinato de um cidadão ucraniano no aeroporto de Lisboa, com uma apressada reestruturação do SEF para esconder as responsabilidades políticas do ministro ou a libertação de mais de dois mil reclusos, por causa e em plena pandemia, que nem sabemos por onde andam, acabaram por colocar o País exposto ao ridículo.

É urgente fazer uma reflexão muito séria sobre estas agendas negligentes, porque há sempre o dia em que a degradação das políticas do Estado e a incompetência dos decisores criam a tempestade perfeita para a tragédia nos bater à porta. O que seria de Portugal se agora o país se tornasse o poiso europeu de preparação de atentados terroristas ocorridos na Europa central?

Em matéria de segurança não pode haver espaço para hesitações. A segurança nacional não é um pormenor, mas uma prioridade absoluta.

## RUI RIO EM BARCELOS

# DESCIDA DO IVA MEDIDA "SOLIDARIA" MAIS SOFREU CO

No domingo, 5 de setembro, em Barcelos, na apresentação dos candidatos à câmara local, Rui Rio defendeu a redução, nos próximos dois anos, do IVA da restauração para os 6 por cento e desafia o Governo a concretizar esta medida, que não traz qualquer "revolução", mas apenas visa ajudar um dos "setores que mais sofreram" com a pandemia de covid-19.

Para o Presidente do PSD, os partidos da esquerda, PS, PCP e Bloco de Esquerda, "escusam de ter medo" desta proposta, "socialmente" justa. "Quero ver agora qual é a sensibilidade que o PS, Bloco de Esquerda e PCP têm para uma proposta que é inócua. Escusam de ter medo, não muda o sistema. É só mesmo ser solidário com as pessoas", referiu.

Rui Rio sublinhou que não defende o IVA de 6 por cento na restauração "para o infinito", mas transitoriamente para os próximos dois anos, "que é mais ou menos o tempo em que os restaurantes estiveram em dificuldade" por causa da covid-19. "Eu não fiz nenhuma proposta daquelas estruturantes, de que o PS tem medo", acentuou, considerando ser "de elemental" a redução temporária do IVA "para tantos e tantos e tantos restaurantes em Portugal que sofreram" com a crise pandémica.

Rui Rio critica o Primeiro-Ministro de ignorar todas as propostas do PSD, acusando António Costa de não ter vontade em mudar o país e de ser "avesso a qualquer reforma, a qualquer mudança séria". "O PS é o principal obreiro do sistema em que vivemos, se não for o próprio sistema em vivemos", apontou, para vincar que "o PS não quer mudar nada, apenas quer mudar para parecer que muda".

Rui Rio lembra que o PSD apresentou propostas para "a educação, a justiça, a defesa nacional, a área social, a política de saúde, o combate à pandemia, a lei de bases do clima, o programa estratégico para a utilização dos fundos estruturais, uma reforma do sistema eleitoral, uma proposta de revisão da Constituição" e "a tudo isto, o PS diz que não há ideias", porque "o PS não quer fazer rigorosamente nada".

Rui Rio entende que Portugal "não pode continuar a ser governado desta maneira", e a mudança "pode e deve começar" já nas autárquicas de 26 de setembro.

Nesta medida, as eleições locais são "tão ou mais importantes" que as legislativas e presidenciais, porque se trata de "eleger o povo para governar o povo". "O PS não tem capacidade para dar a resposta adequada em cada momento", sintetizou.





# DA RESTAURAÇÃO É UMA “ÁRIA” PARA COM “O SETOR QUE COM A PANDEMIA”





## RUI RIO NA AMADORA

# A MUDANÇA DO PAÍS COMEÇA “A PARTIR DAS AUTARQUIAS”



Rui Rio classificou o Partido Socialista como “o partido do imobilismo” que “quer mudar apenas o suficiente para que tudo fique na mesma”.

No arranque da pré-campanha eleitoral das eleições autárquicas de 26 de setembro, o Presidente do PSD rejeitou a acusação do primeiro-ministro de que existe “um pântano” à direita.

“Talvez o doutor António Costa se tenha lembrado do engenheiro Guterres quando fala em pântano. Eu não vejo pântano rigorosamente nenhum, vejo umas eleições autárquicas normais”, afirmou Rui Rio no decorrer de uma visita ao Lar Residencial Rainha Santa Isabel, no Marco de Canaveses.

Questionado sobre as declarações de António Costa e do secretário-geral adjunto do PS de não se conhecerem as propostas do PSD, Rui Rio disse ter “vergonha”.

“O doutor António Costa disse que o PSD não tem ideias, ora bom, eu tinha vergonha de dizer isso. (...) Apresentámos documentos e documentos, uns atrás dos outros, até uma revisão constitucional, uma reforma do sistema eleitoral, para lá dos documentos que lhe foram entregues em mãos de reforma da Justiça. António Costa diz que desconhece isto em absoluto? Mas afinal que primeiro-ministro é se não tem noção nenhuma daquilo que o principal partido da oposição defende?”, referiu.

Sobre a importância do próximo desafio eleitoral para o Partido Social Democrata, Rui Rio assegurou: “não são decisivas para o futuro do PSD, são muito importantes. O PSD não vai acabar, nem vai ficar fortíssimo se ganhar mais 10 ou menos 10 câmaras municipais”.

Rui Rio referiu ainda a importância de reconquistar a câmara municipal do Marco de Canaveses. “O Marco de Canaveses é uma das câmaras municipais onde penso que temos fortes hipóteses de ganhar, não só pela fraca qualidade municipal como pela grande qualidade da nossa candidata. Aqui também é simbólico porque é uma câmara que penso que o PSD tem fortes hipóteses de recuperar”, disse.





## RUI RIO NA BATALHA

# PRIMEIRO-MINISTRO USA OS MILHÕES DO PRR PARA “SEMEAR ILUSÕES”

Rui Rio acusa o Primeiro-Ministro de semear ilusões e de fazer fogo-de-artifício com os dinheiros do Plano de Recuperação e Resiliência, “em cada canto e em cada esquina” por onde tem passado. “O Primeiro-Ministro, António Costa, usa a bazuca para fogo-de-artifício de facilidades e ilusões, ao género da bandalheira socialista que já nos levou à bancarrota”, apontou.

No 1.º encontro das Mulheres Autarcas Social Democratas, na Batalha, no sábado, 4 de setembro, o Presidente do PSD considerou que a governação socialista é “marcada pelo facilitismo e irresponsabilidade”.

Rui Rio apresentou detalhadamente a distribuição dos “milhões que o dr. António Costa anunciou nos últimos tempos aos portugueses”: “330 milhões para comboios, 554 milhões para o Metro de Lisboa, 723 milhões para ligações ferroviárias, 66 milhões para o Metrobus no Porto, 139 milhões para o Metro do Porto, mais 219 milhões para o Metro do Porto, mais 50 milhões para uma ponte no Douro, mais 2.750 milhões para habitação. Só aqui já estão 4,8 mil milhões de euros”, elencou.

Rui Rio continuou a enumerar as verbas para outras áreas ou investimentos, como “900 milhões de euros para a educação digital nos Açores, 750 milhões de euros para a modernização dos centros do IEFP, 5000 mil milhões para a qualificação e competências”. “Isto faz-me lembrar quando eu era miúdo e passava por uma feira e via aquelas camionetas a vender lençóis e diziam ‘e leve este lençol e pelo mesmo preço leve um e também leva o travesseiro e ainda leva mais um cobertor e uma chupeta para a criança. Leva tudo e não paga dez, não paga nove, não paga oito, paga cinco e pode levar também ainda um carro para a criança brincar”, ironizou.

Segundo Rui Rio, as promessas que “nos últimos dias o Primeiro-Ministro tem andado a fazer” destinam-se a “captar a ilusão e comprar os votos para o PS”. “Esta é a política do PS e, neste caso concreto, é o Primeiro-Ministro, que já não se percebe se é com o fato de líder do PS ou com o fato de Primeiro-Ministro anda a prometer tudo e mais alguma coisa. Não interessa se cumpre ou não”, declarou.

Para Rui Rio, “isto já tem mais valores do que é a própria ‘bazuca’, muito mais do que isso, mas o que interessa é andar a semear ilusões para as pessoas, para que as pessoas, no dia 26 de setembro, votem no Partido Socialista, acreditando que isto vai ser cumprido”, quando tem a certeza de que “disto muito pouco vai ser cumprido”.



Rui Rio diz que a governação socialista “só conhece o facilitismo e a ilusão”, é “marcada, acima de tudo, pela irresponsabilidade”, citando, entre outros, os exemplos do Novo Banco, a TAP ou da nomeação de familiares e de militantes do PS para cargos públicos.

Neste encontro, a ex-Presidente do PSD Manuela Ferreira Leite referiu que Portugal é “um país com pouca sorte”,

porque no momento em que podia “ter meios para poder ultrapassar determinados constrangimentos”, não vai “assistir a mais nada a não ser aquilo que é a propaganda socialista”. “Como é possível que se tente enganar as pessoas, que se tente prometer aquilo que se sabe que não se tem?”, interrogou.





## RUI RIO EM CASTELO DE PAIVA

# “PS VOTOU CONTRA” PROPOSTA DO PSD DE REDUÇÃO DO IRS PARA OS JOVENS

Na terça-feira, 7 de setembro, em Castelo de Paiva, Rui Rio acusou o Governo de defender uma alteração no IRS para os jovens, uma medida apresentada pelo PSD e que o “PS votou contra”. “[António Costa] tem vindo a falar do IRS jovem, para os jovens pagarem durante cinco anos menos IRS. Essa [medida], à partida, se for tal como o Primeiro-Ministro tem dito, tem o nosso apoio, porque a proposta é nossa. Fizemos essa proposta no orçamento anterior e o PS votou contra por ser do PSD”, afirmou.

Sobre a revisão nos escalões do IRS, Rui Rio garantiu que “qualquer medida do Orçamento do Estado que o Primeiro-Ministro e o Governo anunciem”, o PSD esperará para “ver quando a proposta entrar no Parlamento”. “Tudo aquilo que possam ser propostas de redução da carga fiscal, que baixem aquilo que os portugueses têm de pagar de impostos, à partida, têm uma probabilidade muito grande de ter a nossa concordância”, acrescentou.

O líder do PSD acusa ainda António Costa de enganar os eleitores e de “ter os membros do Governo a fazer campanha” no terreno. “Aquilo que o Primeiro-Ministro e os membros do Governo fazem é, justamente, confundir a atuação do Governo com os objetivos do PS, que é ganhar votos para as eleições autárquicas. É usar o Governo para fazer campanha pelo Partido Socialista, para tentar iludir as pessoas, para que no domingo, 26 de setembro, votem no PS”, destacou.

Rui Rio critica também o “aumento indiscriminado, sem critério, de funcionários públicos”, por vezes para “servir clientelas” e de forma desajustada à realidade. “Temos de saber onde temos gente a mais e gente a menos. Temos de ter os serviços organizados em termos de produtividade. É possível organizar os serviços”, especificou.

### AEROPORTO DO MONTIJO: PROJETO ESTÁ PARADO POR CAUSA DE “UMA LEI FEITA NO TEMPO DE JOSÉ SÓCRATES”

Rui Rio rejeitou ainda as acusações do Primeiro-Ministro de que o PSD é o responsável pelo “embargo” do aeroporto Montijo. “O aeroporto de Lisboa no Montijo reprovou, não por responsabilidade do PSD, isso é mentira. O projeto não avançou não por intervenção do PSD, mas por intervenção de uma lei que foi feita pelo PS no tempo de José Sócrates, que deu esse poder a duas câmaras do PCP”, afirmou.



Rui Rio discorda de qualquer alteração à lei destinada apenas para resolver um caso concreto. “Estamos disponíveis para mudar essa lei, não ad hominem, mas não para viabilizar uma situação concreta, como por exemplo, quando o PS e o PCP fizeram uma lei concreta para

evitar que seis autarcas, cinco do PS e um do PCP, não possam responder em tribunal e perder o seu mandato, porque não cumpriram o que a lei dizia, e aí juntaram-se. (...) Uma lei dirigida a uma pessoa não é sequer própria do Estado de direito”, explicou.





# HOMENAGEM A PINTO BALSEMÃO NOS 40 ANOS DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Rui Rio esteve na quinta-feira, 2 de setembro, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em São Bento, numa sessão de homenagem pelos 40 anos do VII Governo Constitucional, o segundo da Aliança Democrática (AD) – PSD, CDS e PPM –, liderado por Francisco Pinto Balsemão. O fundador do “Expresso” e presidente do grupo Impresa declarou-se “contente” e “muito agradecido” por esta homenagem.

A sessão de homenagem abriu com um discurso de Mota Amaral, também fundador do PSD, antigo presidente do Governo Regional dos Açores (1976/1996) e da Assembleia da República (2002/2005). Seguiram-se intervenções de Pinto Balsemão e do Primeiro-Ministro.

O antigo presidente do Governo Regional dos Açores e da Assembleia da República apontou Pinto Balsemão como alguém que fez “política com 'P' grande”. O presidente do PSD concordou que Balsemão “sempre fez política com 'P' grande” e referiu que “se dizia que era demasiado evoluído para um país na altura tão atrasado quanto Portugal, que ‘seria um bom primeiro-ministro na Noruega, aqui tem mais dificuldade’”.

O VII Governo Constitucional – o primeiro de dois liderados por Pinto Balsemão – tomou posse em 9 de janeiro de 1981, após a morte do líder do PSD e Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, tendo terminado o seu mandato em 4 de setembro do mesmo ano. Francisco Pinto Balsemão liderou depois o VIII Governo Constitucional, que durou até 9 de junho de 1983 – executivo que incluiu no cargo de vice-primeiro-ministro o então líder do CDS, Freitas do Amaral, que não fez parte do anterior, o VII, por opção pessoal; e em que o atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, desempenhou as funções de ministro dos Assuntos Parlamentares.

Nos dois governos da AD de Pinto Balsemão, foram marcantes as negociações para a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e a revisão constitucional de 1982, que alterou de forma profunda o sistema político nascido com a Constituição de 1976.

Neste primeiro processo de revisão constitucional da História da democracia portuguesa, a AD (PSD/CDS/PPM) e PS entenderam-se para diminuir alguma carga ideológica no texto da Lei Fundamental, para flexibilizar o sistema económico e, sobretudo, para redefinir as estruturas do exercício do poder político, sendo então extinto o Conselho da Revolução e criado o Tribunal Constitucional e o Conselho de Estado (órgão de aconselhamento do Presidente da República).



Com a limitação dos poderes discricionários do Presidente da República, na sequência desta revisão constitucional, o Parlamento ganhou centralidade no sistema político.

A revisão constitucional de 1982 afirmou ainda o princípio da existência de uma economia mista em Portugal, ainda que, para desagrado do PSD e CDS, se tenha mantido a “irreversibilidade” do controlo estatal das empresas nacionalizadas na sequência do 11 de março de 1975 – um princípio que só caiu com a revisão de 1989.

Na cerimónia de quinta-feira, estiveram ainda presentes as altas figuras dos órgãos de soberania, com particular destaque para o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, e o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, assim como membros do Conselho de Estado e líderes partidários.





**PINTO BALSEMÃO ALERTOU PARA DESAFIO DE MANTER DEMOCRACIA “VIVA E ATUANTE”**

Francisco Pinto Balsemão alertou para o desafio de manter a democracia “viva e atuante”, criticando, em concreto, o adiamento da revisão da lei eleitoral. “O que se nota, como pano de fundo, é uma falta de crença na representatividade do sistema, incluindo os partidos e as próprias eleições. Mas, até agora, não surge alternativa”, referiu, na sessão de homenagem.

Na sua intervenção, o militante número 1 do PSD centrou-se em duas causas que têm sido centrais no seu pensamento: a defesa do papel “cada vez mais relevante” dos meios de comunicação social e a necessidade de encontrar “caminhos novos” para o exercício da democracia.

“Sei que, como estamos, com a democracia que temos no presente, não conseguiremos transpô-la, adaptá-la, mantê-la viva e atuante no futuro”, frisou.

Para o antigo Primeiro-Ministro, é essencial que as decisões que podem salvar e dinamizar a sociedade “sejam tomadas a tempo e, sobretudo, executadas sem atrasos nem desvios pseudo-justificados pelos conservadores de todos os quadrantes, por desculpas formais e adiamentos mesquinhos”.

“Pensemos, por exemplo, nas eternas e suicidariamente adiadas revisões da lei eleitoral portuguesa”, afirmou, poucas semanas depois de o PSD ter apresentado uma nova proposta sobre esta matéria.

Com o líder do PSD, Rui Rio, na primeira fila, no capítulo dedicado aos media, Balsemão deu um exemplo ligado ao antigo Primeiro-Ministro socialista José Sócrates para demonstrar a importância da credibilidade da informação. “A história da licenciatura de José Sócrates esteve uma semana num site, mas só foi notícia depois de publicada no Público e no Expresso”, referiu.

Pinto Balsemão começou por agradecer a “iniciativa tão amável” de António Costa, mas disse aceitar esta homenagem mais com um significado de apreço e menos de veneração.

“Ser respeitável é ser respeitado, mas é também ser res-

peitador. Dos outros, das instituições, das ideias com que não concordamos”, frisou.

Entre os alertas que deixou sobre o funcionamento da democracia, Pinto Balsemão incluiu as ameaças à liberdade e privacidade “em nome da segurança” e o surgimento de “novos poderes”, não eleitos, como os mercados ou os grande detentores de dados.

“Por outro lado, e mesmo sem sairmos da Europa, é visível o êxito de partidos recém-nascidos (ou renascidos) que reivindicam o nacionalismo, a discriminação dos es-

trangeiros, o racismo puro e duro (...) Podemos ser tolerantes com os intolerantes?”, questionou.

Para o antigo chefe de Governo, as ameaças à democracia tornam “a dimensão ética cada vez mais importante”, bem como os valores em que considera assentar a social-democracia: “liberdade, igualdade e solidariedade”.

“A corrupção está cada vez mais presente na avaliação do sistema. Uma corrupção que, em muitos casos, o próprio sistema oculta e até protege. Por que razão ainda existem tantos paraísos fiscais”, questionou.





## “SITUAÇÃO CAÓTICA” NAS LOJAS DO CIDADÃO MOSTRA “MENOSPREZO” DO GOVERNO PELOS CIDADÃOS

O grupo parlamentar do PSD denuncia, uma vez mais, “os constrangimentos” que estão a afetar o funcionamento das conservatórias e dos serviços de registos das Lojas do Cidadão por todo o país.

Nesse sentido, o PSD acaba de entregar no Parlamento uma pergunta dirigida à ministra da Justiça, exigindo, perante a “gravidade desta situação em particular”, medidas urgentes para “resolver o problema das longas filas de espera” nestes serviços públicos. “Prevê o Governo um reforço de recursos humanos na área dos registos? Em caso positivo, para quando”, interrogam os deputados.

“Os constrangimentos que afetam a área dos registos e do notariado, sinal do menosprezo por parte deste Governo em relação a este setor e relativamente ao qual o PSD tem insistentemente denunciado, tem-se acentuado de forma grave, sobretudo agora em que os serviços de registo passaram a funcionar em sistema de atendimento presencial, sem necessidade de agendamento prévio. As enormes filas de espera à entrada das conservatórias e dos serviços de registos das lojas do cidadão bem demonstram a situação caótica e desesperante que se vive nestes servi-



ços públicos, o que prejudica enormemente o cidadão que pretende resolver os seus assuntos e que, por vezes, nem sequer consegue ser atendido”, alerta o PSD.

Os deputados social-democratas referem que esta “situação tenderá a agravar-se com a transferência das competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para o Instituto dos Registos e Notariado quanto à emissão de passaportes e renovação das autorizações de residência”.

### O PSD pergunta:

- De que forma pretende o Governo resolver o problema das longas filas de espera à entrada das conservatórias e dos serviços de registos das Lojas do Cidadão?
- Como pode ser assegurado ao cidadão um efetivo e atempado atendimento nos serviços de registo, seja nas conservatórias, seja nas Lojas do Cidadão?
- Prevê o Governo um reforço de recursos humanos na área dos registos? Em caso positivo, para quando?

## VISÃO DO MINISTRO MANUEL HEITOR “COMPROMETE” FORMAÇÃO EM MEDICINA GERAL E FAMILIAR



O Partido Social Democrata considera que a visão do ministro do Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a formação em medicina geral e familiar poderá comprometer a exigência do ensino médico e nas ciências biomédicas.

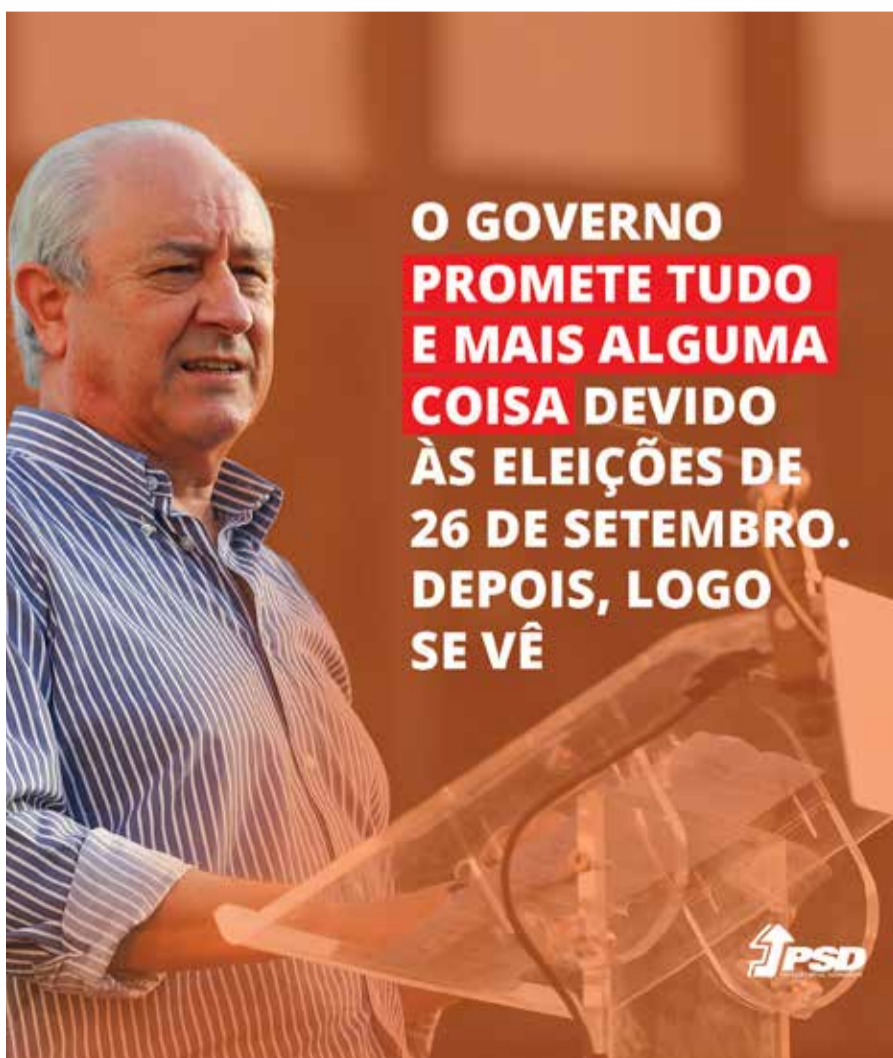
Em requerimento, dia 2 de setembro, e perante as declarações recentes do ministro “totalmente incompreensíveis, para não dizer mesmo inaceitáveis” sobre a abertura de três novos cursos de medicina, já nos próximos dois anos, os deputados do PSD solicitaram a audição de cinco entidades no Parlamento (o Conselho de Escolas Médicas Portugue-

sas, a Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, a Ordem dos Médicos, o Sindicato Independente dos Médicos e a Federação Nacional dos Médicos).

Para o PSD, “a especialidade de medicina geral e familiar deve ser valorizada e a qualidade do seu ensino reforçada, ao invés de se adotarem soluções de enganador facilismo, que poderão, ao invés, contribuir para a degradação das condições de formação dos profissionais médicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e, consequentemente, piorar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde”.



# PSD REQUER AUDIÇÃO URGENTE DO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO



O grupo parlamentar do PSD entregou um requerimento para que o ministro das Infraestruturas e Habitação seja ouvido, com caráter de urgência, na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, para prestar esclarecimentos sobre o Programa 1.º Direito.

No requerimento, os deputados sociais-democratas recordam que, em 2017/2018, estavam já então identificadas 26 mil famílias em situação de carência habitacional, tendo o governo lançado, em 2020, o programa 1.º Direito para resolver aquele problema.

Nessa altura, recordam os deputados, o Primeiro-Ministro anunciou então querer ‘uma casa para todos nos 50 anos do 25 de Abril’ (2024). Uma “meta coletiva”, como lhe chamou: “Chegar ao dia 25 de abril de 2024 – quando daqui a seis anos comemorarmos os 50 anos da revolução –, podendo dizer que eliminámos todas as situações de carência habitacional e garantimos a todos os portugueses uma habitação adequada”.

Já em 2021, ano eleitoral, o governo anunciou a afetação de 1,2 mil Milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) até 2026 (2 anos para além de 2024) àquele objetivo, afirmando os vários dirigentes socialistas tratar-se de financiamento 100% a fundo perdido, “sem comparação com o que alguma vez foi feito em Portugal”.

No entanto, referem os deputados, conhecidos os Acordos de Colaboração assinados com as autarquias, estes apenas preveem e garantem um financiamento de 40% a fundo perdido.

Apesar de a secretária de Estado da Habitação afirmar que só haverá dinheiro para financiar 26 mil famílias a 100%, os sociais-democratas afirmam que, neste momento, já estarão assinados cerca de 89 acordos com as autarquias, envolvendo mais já mais de 30 mil famílias.

“Quando estiverem celebrados os Acordos com os restantes Municípios, o montante de investimento destinado a solucionar as carências habitacionais deverá rondar os 2.800 milhões de euros, ou seja, um valor substancialmente superior ao previsto, criando assim um “buraco” nas contas públicas que foi quantificado em aproximadamente 1.600 milhões de euros”, alertam.

Além da necessidade de rigor nas contas públicas, o Grupo Parlamentar considera que não é aceitável o Governo assinar protocolos sem ter ideia de como vai cumprir aquilo que está a prometer e, por isso, defende que o Ministro deve ir ao Parlamento esclarecer “tão inusitada situação”.



# PRESIDENTE DO GOVERNO DOS AÇORES JUSTIFICA ABERTURA DE 2.ª UNIDADE DE RADIOTERAPIA

José Manuel Bolieiro defendeu que, em Saúde, a dignidade das pessoas deve estar acima dos números, na inauguração da unidade de Angra do Heroísmo da Clínica de Radioncologia Madalena Paiva.

O presidente do executivo açoriano defendeu que “a responsabilidade do investimento público não é em função da matemática financeira, é sim da oportunidade de dignificar a vivência humana”, sublinhando que para o atual executivo “a saúde é uma prioridade”.

O governante falava no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, onde foi inaugurada a segunda unidade de radioterapia dos Açores, numa parceria com a empresa Joaquim Chaves Saúde, que assegura o mesmo serviço na ilha de São Miguel.

O equipamento de radioterapia, que resultou de um investimento conjunto do Governo Regional e da empresa, com recurso a fundos comunitários, foi instalado no hospital em 2016, mas o anterior Governo Regional (PS) não avançou com a criação da unidade, justificando-o com o rácio de casos e a falta de radioncologistas.

“A realidade dos Açores – é nossa profunda convicção – na sua geografia dispersa, adversa, na difícil mobilidade, na assimetria da demografia de cada uma das nossas ilhas, evidencia diferenças, constrangimentos, dificuldades, mas o entendimento deste governo quanto à dignidade é pela igualdade de tratamento, é pelas oportunidades de servir, em vez da desculpa dos constrangimentos, para que as desculpas não desvalorizem as culpas”, salientou José Manuel Bolieiro.

O governante disse que não foi com “admiração” ou “surpresa” que o executivo açoriano concretizou “o que antes parecia ser difícil e uma impossibilidade”.

Bolieiro destacou, ainda, a “boa e frutuosa parceria entre a oferta pública do serviço e a disponibilidade técnica e profissional de privados”.

“Do sonho transformado em expectativa com realização física se consegue, em 2021, passar da palavra ao ato e à concretização”, frisou.

O presidente do conselho de administração da empresa Joaquim Chaves, Joaquim José Chaves, lembrou que a empresa “abordou pela primeira vez o Governo da Região Autónoma dos Açores” em 2002, “manifestando o seu interesse em ser uma resposta válida para o tratamento oncológico na região”.

“Depois dessa manifestação de vontade e do desafio lançado, muitas foram as peripécias que tivemos de vencer”, apontou.

A primeira clínica de radioncologia da empresa nos Açores foi inaugurada em 2016, em São Miguel, e desde então foram tratados “aproximadamente 1.900 doentes oncológicos açorianos”.

“Depois de termos sonhado que os doentes oncológicos açorianos com indicação para recorrerem a tratamentos de radioterapia não deveriam ter de sair da sua região e de se afastarem das suas famílias, conseguimos finalmente concretizar o primeiro passo do nosso desígnio”, salientou Joaquim José Chaves.

Quanto à unidade inaugurada, o administrador disse que o percurso foi “atribulado, não tanto pelo tempo que demorou a empreitada, mas pela longa discussão das razões que deveriam ou não justificar a abertura da nova unidade na região”.

A nova unidade de radioterapia, que irá tratar preferencialmente doentes de sete ilhas dos Açores (Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico, Flores e Corvo), terá uma equipa permanente de 15 funcionários, incluindo uma médica radio-oncologista contratada pelo hospital.





# MIGUEL ALBUQUERQUE CRITICA “INDECISÕES” DA DGS NA VACINAÇÃO



O presidente do Governo da Madeira criticou as “indecisões” e os “zigzagues” da Direção-Geral da Saúde (DGS) na tomada de decisões relativamente ao processo de administração das vacinas contra a covid-19.

“O que temos seguido até agora [na Madeira] tem sido o processo de Israel, que neste momento já está a administrar a terceira dose a grande parte da população, e não vamos ficar à espera das indecisões e ziguezagues da DGS”, declarou o chefe do executivo madeirense, Miguel Albuquerque.

O governante falava, dia 2, à margem de uma visita a uma empresa de distribuição com sede nos arredores do Funchal, com cerca de 50 anos de existência e que tem 120 trabalhadores.

“Se tivesse seguido a DGS, ainda estava com um processo de atraso relativamente à administração da vacina nos jovens. Levaram três semanas a discutir não sei o quê”, considerou.

Albuquerque reafirmou que a Madeira está “neste momento a preparar a célebre terceira” dose da vacina contra a covid-19, acrescentando que será administrada “prioritariamente àqueles que são os grupos de risco e quem está na linha da frente”, como o pessoal da saúde, Proteção Civil, bombeiros ou agentes de segurança, “independentemente da idade”.

As “evidências”, realçou, indicam que “a partir dos seis meses da segunda inoculação diminui o processo de proteção” e a imunidade contra a doença.

“Portanto, temos de reforçar esse processo de proteção”, vincou, sem indicar a data a partir da qual esta terceira dose da vacina será administrada na Madeira.

Miguel Albuquerque também referiu que após a região atingir os 85% de população residente completamente vacinada - a imunidade de grupo -, a estrutura dos centros de vacinação vai ser reorganizada.

“Vamos tomar a decisão sobre essa matéria”, informou, sublinhando que a administração da saúde da região pre-

tende manter “a administração de vacinas para a terceira dose descentralizada”.

O tema será abordado com a autoridade regional de saúde, sendo o objetivo “facilitar ao máximo a administração das vacinas”, mas sem ser “perdulários a gastar dinheiro, mantendo estruturas que custam muito dinheiro para vacinar meia dúzia de pessoas”.

O presidente do Governo Regional referiu ainda que a Madeira já recebeu a primeira tranche do Plano de Recuperação e Resiliência, superior a oito milhões de euros.

“Vamos ter uma reunião no Governo este mês, o dia todo, só para ultimar, porque parte das verbas são transversais a todas as áreas. [Vamos] analisar setor a setor e verba a verba, quer o Plano de Resiliência, quer algo que é muito importante, que é o novo quadro comunitário de apoio que está aí à porta”, explicou.

Albuquerque considerou que vai ser muito importante a região “ter tudo preparado para ter uma boa execução, sobretudo uma execução eficaz”.

As verbas disponibilizadas pelo PRR e pelo quadro comunitário, sublinhou, devem ser “muito bem aproveitadas na formação, na transição digital, no apoio às empresas, na saúde e na habitação”, não podendo ser “desbaratadas em coisas inúteis”.

## EURODEPUTADOS DO PSD CRITICAM DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS PARA A MADEIRA

Os eurodeputados do PSD enviaram hoje uma carta aberta ao primeiro-ministro, António Costa, ministro do Planeamento, Nelson Souza, e Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, a criticar o critério de distribuição de fundos para a Madeira.

Na missiva, os eurodeputados Cláudia Monteiro de Aguiar, Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Álvaro Amaro e Graça Carvalho contestaram o facto

de o critério único ser o da população porque, em regiões como a Madeira, isso implica uma “redução significativa de verbas face ao período 2014-2020”.

Por esse motivo, os sociais-democratas apelaram a uma “maior justiça” na distribuição de fundos referentes ao Portugal 2030.

Na sua opinião, o Governo deve ter em consideração as especificidades de cada região, sobretudo das mais isoladas e ultraperiféricas, pois só dessa forma se poderão corrigir as “muito vincadas assimetrias” entre as várias regiões do território nacional.

Sem uma adaptação “minuciosa” às especificidades de cada região haverá um processo de desenvolvimento a várias velocidades, continuando a “votar o interior e a ultraperiferia a um isolamento que condenará o país como um todo”, ressaltaram.

Os eurodeputados sublinharam que nas negociações relativas a este fundo, o executivo insiste num critério assente no número de habitantes de cada região para definir a alocação de verbas, prevendo pequenos acréscimos tidos como compensatórios, mas que ficam muito aquém do necessário.

“Este critério, que nos parece injusto, não só não tem em conta as características e necessidades específicas da região, como não atende ao facto de, no total da UE-27, Portugal ter uma dotação total equivalente a 9,3% deste Fundo”, vincaram.

O Governo Regional da Madeira reivindica a manutenção dos valores referentes ao período 2014-2020 para fazer face a um período muito exigente o que, segundo os sociais-democratas, é da “mais elementar justiça”.

Os eurodeputados relembrou que a Madeira não foi contemplada no plano nacional relativo ao Fundo de Transição Justa e tem um acesso limitado ao Mecanismo Interligar a Europa devendo, por isso, ser alvo de um processo de compensação, que pode e deve ser concretizado pelo Fundo de Coesão.



**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

---

**CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho de Castelo Branco para o II Plenário Concelhio da JSD Castelo Branco, a reunir no próximo dia 18 de setembro, pelas 21h30, na sede do PSD Castelo Branco, sita na Rua Prior de Vasconcelos, nº 34 - loja 1 - r/c, 6000-265 Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação dos candidatos da JSD Castelo Branco às Eleições para as Autarquias Locais de 2021;
- 2 – Apresentação do Candidato da Coligação PSD/CDS-PP/PPM à Câmara Municipal de Castelo Branco e dos eixos estruturantes do respetivo Programa Eleitoral.